

# Moderados rebelam-se contra Covas mas não elegem relatores

Janio de Freitas

## O apoio contra o compromisso

Dentre as teorias que se propõem a identificar as raízes da conturbada situação nacional, a falta de elementos comprobatórios exclui a invocação do complô civil, mas a hipótese de motivação política não se encerra aí. Ainda em contraposição aos convicções de que a crise é econômica, figura a tese de que os problemas atuais decorrem da falta de apoio sólido do PMDB ao presidente Sarney, por isso tolhido sempre.

Como a idéia exótica do complô, também a deposição da responsabilidade no PMDB é originária do gabinete presidencial, de onde ganhou a adesão dos espaços jornalísticos propensos a justificar o presidente e seu governo. Considerada com a objetividade possível, a questão do apoio implica uma preliminar: o que se propõe a receber apoio?

Ao longo de seu primeiro ano de governo, quando o presidente começou a difundir a cobrança de apoio peemedebista, Sarney não concretizou, nem propôs as iniciativas esperadas do governo da Aliança Democrática. Não havia o que apoiar positivamente: só era possível o apoio passivo. E este o PMDB e o PFL asseguraram ao presidente.

De costas para os seus compromissos cívicos e morais, ambos submeteram-se ao empenho de Sarney de conter a prometida democratização da Lei de Greve, de Segurança Nacional, do decurso de prazo, do decreto-lei (aquela que Sarney rasgou teatralmente, logo depois de assumir, jurando que jamais emitiria um decreto-lei), além de outros compromissos, com destaque para as reformas agrária e tributária. A muito custo, lá para as tantas saiu a convocação da Constituinte, mas protelada para só se instalar ano e meio mais tarde e deformada por sua concomitância, eleitoral e operacional, com o Congresso. As iniciativas de parlamentares como Flávio Bierrenbach, João Gilberto e alguns outros, no sentido de higienizar a legislação legada pelo regime autoritário, por instância de Sarney, foram, sem exceção, bloqueadas pelo comando, primeiro, e depois pela maioria do PMDB. Nada, rigorosamente nada, foi efetivado pelo PMDB que pudesse demonstrar a falta de apoio ao presidente.

O segundo ano do governo inaugurou-se com a reforma ministerial em

que Sarney, com a esperta manobra de aproveitar a viagem de Ulysses Guimarães à China, privilegiou o PFL em detrimento do PMDB. Humilhados o partido e seu presidente, nem assim os peemedebistas retiraram seu apoio ao presidente, marcando lá para adiante uma reunião de respeito.

Sobrevindo antes dela o Plano Cruzado, desenvolvido e decretado como se o Congresso e os partidos não existissem, o PMDB nem o conhecia direito e já lhe assegurava, e ao presidente, o seu apoio — com a ressalva obliqua, apenas, do silêncio de uns poucos. E, no entanto, estava em mãos do PMDB honrar os seus proclamados princípios democráticos se ferir de morte a inconstitucionalidade de muitos dos decretos-leis que introduziram o plano e o Cruzado.

Da superioridade com que o popular presidente a tudo tratou, e portanto ao PMDB também, nos nove meses da euforia cruzada, não é preciso relembrar. Nos cinco meses desde a explosão do Cruzado, com o pacote de novembro, o PMDB tem testemunhado a deterioração generalizada sem por um momento, sequer, adotar atitude própria de um partido que negasse apoio ao presidente. A única derrota imposta por peemedebistas a Sarney foi em território onde o presidente não devia interferir: foi a vitória de Mário Covas na Constituinte.

Atestado definitivo de que o PMDB tem preferido trair a sua doutrina e os seus compromissos com o eleitorado — e continua preferindo — a faltar com a proteção ao presidente, está na retenção de quase cem decretos-leis de Sarney, que já deveriam ter passado pela apreciação do Congresso — mas, em grande número, tenderiam à rejeição pelos parlamentares. Agora mesmo, a exigência de leitura e votação do decreto-lei chamado Cruzado 2, exigida pelo PDS, erigiu o PMDB, pela certeza de que o plenário o derrubaria. Este decreto-lei é aquele que aumentou impostos, compulsórios, fez miséria — mas o PMDB prefere a atitude antidemocrática e ilegal de deixá-lo engavetado, para não faltar ao presidente. Como não faltou, em nenhum caso concretizado.

Pela tese da falta de apoio do PMDB a Sarney não se explica a conturbação atual. Há mais portanto. Só que para amanhã.



Carlos Sant'Anna

Da Sucursal de Brasília

O grupo moderado do PMDB, comandado pelo líder do governo Carlos Sant'Anna (BA), rebelou-se ontem contra a liderança do partido no Congresso constituinte. Este fato marcou o processo de indicação dos relatores e presidentes das subcomissões temáticas, que vinha sendo encaminhado pelo líder do partido, senador Mário Covas (SP). No final a ala centrista foi derrotada pela centro-esquerda nas duas disputas mais importantes: a escolha dos relatores das subcomissões do Poder Executivo, e de Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária.

Sant'Anna esteve por trás da articulação das chapas alternativas apresentadas ontem pelos moderados para contestar os acordos firmados por Covas. Logo no início do dia, Carlos Sant'Anna, numa entrevista ao programa "Bom dia Brasil", da Rede Globo, afirmava que "o PMDB é uma frente, não um partido" e que as indicações de Covas beneficiavam a esquerda do partido, contra os moderados. O próprio Sant'Anna disse que não se sentia representado pelos relatores escolhidos por Covas.

A resposta ocorreu à tarde. Covas afirmou o contrário de Sant'Anna: "O PMDB não é uma frente, é um partido com grande latitude". E foi irônico com Sant'Anna: "Ele é muito mais que o representante de uma corrente, ele é o líder do governo".

A disputa mais acirrada foi para a indicação do relator da subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária. O acordo acertado por Covas previa que o senador Edison Lobão (PFL-MA) seria presidente e o deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) seria o relator. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e o deputado Jorge



Viana (PMDB-BA), do grupo moderado, articularam a chapa "Alternativa".

Por esta chapa, Jorge Viana seria o relator e o deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG) seria o presidente. Depois de uma reunião tumultuada, as duas chapas foram à votação dos membros daquela subcomissão. A chapa "Alternativa" foi derrotada por 12 votos contra 11.

Na subcomissão de Poder Executivo, só um apelo feito pessoalmente por Covas ao deputado Expedito Machado (PMDB-PE), do grupo moderado, viabilizou um acordo para a composição da chapa original, com o senador José Fogaça (PMDB-RS) como relator e o deputado Alêrico Filho (PMDB-MA) como presidente.

Na subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do subsolo e da Atividade Econômica, os moderados também foram derrotados. Liderados pelos deputados Roberto Cardoso Alves e Marcos Lima (PMDB-MG) tentaram, com mais quatro deputados, vetar a indicação do deputado Virgildásio Senna (PMDB-BA) para o cargo de relator. Mas o deputado Delfim Netto (PDS-SP), presidente da subcomissão, manteve o acordo original e indicou Senna.

As divergências dentro do PMDB obrigaram ontem ao adiamento das escolhas das três subcomissões da Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. O presidente da comissão deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) marcou nova reunião para hoje às 10h. Desta vez, a rebelião dos moderados acrescentou-se uma revolta dos Estados do Norte e Nordeste contra a hegemonia do centro-sul na comissão.

Com os deputados Francisco Dornelles e José Serra (PMDB-SP), indicados respectivamente presidente e relator da comissão, os Estados nordestinos queriam que pelo menos um representante daquela região fosse indicado relator da subcomissão do Sistema Tributário.



Mário Covas

## Presidentes e relatores de 21 subcomissões

<p><b>Comissão da Soberania e Direitos do Homem</b> Presidente: Roberto D'Ávila (PDT-RJ) Relator: João Herrmann (PMDB-SP)</p>	<p><b>Subcomissão dos Municípios e Regiões</b> Presidente: Luiz Alberto Rodrigues (PMDB-MG) Relator: Aloysio Chaves (PFL-PA)</p>	<p><b>Subcomissão de Garantias da Constituição</b> Presidente: Fausto Fernandes (PMDB-PA) Relator: Nelson Friedrich (PMDB-PR)</p>	<p><b>Subcomissão de Saúde e do Meio Ambiente</b> Presidente: José Elias Murad (PTB-MG) Relator: Carlos Mosconi (PMDB-MG)</p>
<p><b>Subcomissão da Nacionalidade e da Soberania</b> Presidente: Roberto D'Ávila (PDT-RJ) Relator: João Herrmann (PMDB-SP)</p>	<p><b>Comissão de Sistema de Governo</b> Presidente: Bocayuva Cunha (PDT-RJ) Relator: José Jorge (PFL-PE)</p>	<p><b>Comissão da Ordem Econômica</b> Presidente: Delfim Netto (PDS-SP) Relator: Virgildásio de Senna (PMDB-BA)</p>	<p><b>Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas e Minorias</b> Presidente: Ivo Lech (PMDB-RS) Relator: Alcemy Guerra (PFL-PR)</p>
<p><b>Subcomissão dos Direitos Políticos</b> Presidente: Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) Relator: Lysaneas Maciel (PDT-RS)</p>	<p><b>Subcomissão do Poder Legislativo</b> Presidente: Bocayuva Cunha (PDT-RJ) Relator: José Jorge (PFL-PE)</p>	<p><b>Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado e da Atividade Econômica</b> Presidente: Delfim Netto (PDS-SP) Relator: Virgildásio de Senna (PMDB-BA)</p>	<p><b>Comissão da Família, Educação e Cultura</b> Presidente: Nelson Aguiar (PMDB-ES) Relator: João Calmon (PMDB-ES)</p>
<p><b>Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais</b> Presidente: Antônio Mariz (PMDB-PB) Relator: Darcy Pozza (PDS-RS)</p>	<p><b>Subcomissão do Poder Executivo</b> Presidente: Alêrico Filho (PMDB-MA) Relator: José Fogaça (PMDB-RS)</p>	<p><b>Subcomissão da Questão Urbana e Transporte</b> Presidente: Dirceu Carneiro (PMDB-SC) Relator: José Ulisses de Oliveira (PMDB-MG)</p>	<p><b>Subcomissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação</b> Presidente: Aroldo de Oliveira (PFL-RJ) Relator: Cristina Tavares (PMDB-PE)</p>
<p><b>Comissão de Organização do Estado</b> Presidente: Jofran Frejat (PFL-DF) Relator: Sigmaringa Seixas (PMDB-DF)</p>	<p><b>Subcomissão do Poder Judiciário</b> Presidente: José Costa (PMDB-AL) Relator: Plínio Arruda Sampaio (PT-SP)</p>	<p><b>Subcomissão da Política Agrícola e Reforma Agrária</b> Presidente: Edson Lobão (PFL-MA) Relator: Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE)</p>	<p><b>Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso</b> Presidente: Nelson Aguiar (PMDB-ES) Relator: Eraldo Tinoco (PFL-BA)</p>
<p><b>Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios</b> Presidente: Jofran Frejat (PFL-DF) Relator: Sigmaringa Seixas (PMDB-DF)</p>	<p><b>Comissão da Organização Eleitoral</b> Presidente: Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) Relator: Francisco Rossi (PTB-SP)</p>	<p><b>Comissão da Ordem Social</b> Presidente: Geraldo Campos (PMDB-DF) Relator: Mário Lima (PMDB-BA)</p>	<p><b>Subcomissão da Defesa do Estado e da Sociedade</b> Presidente: Geraldo Campos (PMDB-DF) Relator: Mário Lima (PMDB-BA)</p>

## Na Ordem Econômica, grande disputa nas subcomissões



Cardoso Alves rasga seu voto

Das três subcomissões que compõem a Comissão da Ordem Econômica, somente uma, a da Questão Urbana e do Transporte, não enfrentou problemas para a composição de sua direção. Na subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, o senador Edison Lobão (PFL-MA) venceu por apenas um voto a disputa contra uma chapa que se opôs ao acordo interpartidário obtido pelo senador Mário Covas, numa reunião marcada pela confusão e manobras políticas. Na subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, seis dos onze peemedebistas que a integram rebelaram-se contra a nomeação de Virgildásio Senna (PMDB-BA) como relator. Mas não obtiveram sucesso. O presidente da subcomissão, deputado Delfim Netto (PDS-SP), cumpriu o acordo.

## Fogaça é eleito relator e defende 4 anos

Da Sucursal de Brasília

O senador José Fogaça (PMDB-RS), 40, defendeu ontem, logo após ter sido indicado relator da Subcomissão do Poder Executivo do Congresso constituinte, um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, acrescentando que este prazo poderá chegar a cinco anos caso o regime parlamentarista seja instituído no país. O cargo de relator da subcomissão foi disputada ainda pelo

deputado federal Expedito Machado (PMDB-PE), que contou com o apoio do presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães. Fogaça foi apoiado pelo líder do partido na Constituinte, Mário Covas.

A Subcomissão do Poder Executivo — uma das três que formam a Comissão de Organização dos Poderes e do Sistema de Governo — terá a tarefa de apresentar seu anteprojeto dentro de trinta dias. Essa subcomissão tratará da duração do mandato

do presidente Sarney e dos futuros presidentes, além de estabelecer o regime de governo.

Divida

O deputado federal José Sarney Filho (PMDB-MA) — filho do presidente José Sarney —, propôs ontem que os ministros brasileiros e dirigentes dos bancos internacionais credores do país sejam convidados a debater a dívida externa do Brasil no Congresso constituinte.

## Cardoso pode não disputar Sistematização

Da Sucursal de Brasília

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), 55, poderá desistir de disputar hoje, na bancada do partido no Congresso constituinte, a indicação como relator da Comissão de Sistematização, passando a apoiar a candidatura do deputado Pimenta da Veiga (MG) contra a do deputado Bernardo Cabral (AM), que também disputa o cargo. A desistência será a forma de Cardoso demonstrar o seu descontentamento com o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, que decidiu, na segunda-feira, colocar o cargo em disputa na bancada, desistindo do seu direito de indicar diretamente o relator-geral da Constituição.



O senador Fernando Henrique Cardoso

Cardoso esperava ser indicado como relator-geral, principalmente depois de ter sido o relator do regimento interno. Ontem, ele disse que foi surpreendido, na segunda-feira, em João Pessoa (PB), por um telefonema de Covas, que o consultava sobre a disputa na bancada. Cardoso disse que voltaria a falar com Covas ainda na segunda-feira, tão logo chegasse a Brasília. O avião de Cardoso, porém, sofreu um atraso e, até o início da noite de ontem, Cardoso ainda não havia conseguido se encontrar com Covas, que estava empenhado na batalha das eleições nas subcomissões.

Cardoso evitou falar à imprensa ontem, mas foi surpreendido pelos jornalistas quando recebia, à tarde, a visita do deputado Pimenta da Veiga (MG), também candidato à indicação como relator-geral. Cardoso disse então que esperava que houvesse uma composição política para o preenchimento do cargo, e não uma disputa na bancada. No entanto, afirmou que ainda tentaria se encontrar com Covas, ontem à noite, devendo também fazer consultas a diversos constituintes.

Ao entrar no gabinete de Cardoso,

Pimenta disse que tinha "todas as identidades e nenhuma divergência" com o senador. O deputado fez essa declaração ao ser indagado sobre se tinha ido ao gabinete para discutir o apoio de Cardoso ao seu nome. Cardoso, por sua vez, disse que seria conveniente um adiamento da eleição, de hoje para amanhã. Pimenta afirmou que concordaria com isso.

A bancada do PMDB reúne-se a partir de 9h de hoje no auditório Nereu Ramos, da Câmara, para discutir a escolha do relator-geral. Cada candidato deverá falar por vinte minutos, havendo depois a votação. Se ninguém obtiver a maioria absoluta (153 votos) haverá um segundo escrutínio, sendo eleito quem receber a maioria dos votos. A Comissão de Sistematização reúne-se às 16h para eleger o seu presidente.

No PFL, o deputado Ricardo Izar (SP) entregou ontem ao líder do partido, deputado José Lourenço, documento com mais de cem assinaturas de apoio à indicação do senador Afonso Arinos para a presidência da Comissão de Sistematização.

## Cargo é o segundo em importância

O relator da Comissão de Sistematização será a segunda figura em importância dentro do Congresso constituinte, superado apenas pelo deputado Ulysses Guimarães, que o preside. Na prática, será o relator-geral da Constituinte, já que deverá montar o projeto da Constituição que será discutido em plenário a partir de agosto.

Ao relator cabe ainda uma tarefa delicada: acompanhar, desde agora,

os trabalhos das oito comissões temáticas para impedir que algumas possam aprovar textos contraditórios entre si. O relator deverá redigir a forma final da Constituição. Já ao presidente da Comissão de Sistematização cabem tarefas mais formais, como dirigir as reuniões e convocar suas sessões. Em tese, pode demitir o relator-geral, mas por causa do acordo PMDB-PFL isso não deverá acontecer.